



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

THAÍS MOYSÉS NOGUEIRA RODRIGUES

HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA EM BRASÍLIA/DF:
MEMÓRIAS DE LUTA - 1980 A 2000

Brasília
2013

THAÍS MOYSÉS NOGUEIRA RODRIGUES

**HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA EM BRASÍLIA/DF:
MEMÓRIAS DE LUTA - 1980 A 2000**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciências Sociais da Universidade de
Brasília para obtenção do título de
Bacharel em Sociologia.
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lourdes Bandeira

Brasília

2013

THAÍS MOYSÉS NOGUEIRA RODRIGUES

**HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA EM BRASÍLIA/DF:
MEMÓRIAS DE LUTA DE 1980 A 2000**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciências Sociais da Universidade de
Brasília para obtenção do título de
Bacharel em Sociologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª.: Dra^a Lourdes Maria Bandeira (orientadora)

Prof^ª.: Dra^a Tânia Mara Campos de Almeida

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Professora Lourdes Bandeira, pela paciência, pelas correções, pelos puxões de orelhas, que me empurraram pra frente e, principalmente, pela ideia de trabalhar com este projeto maravilhoso, pelo qual me apaixonei e reapaixonei durante todo o processo.

Obrigada à Professora Tânia Mara pelo estímulo e disponibilidade para me ajudar dentro do NEPeM, bem como às meninas que estavam lá dentro e tanto me ajudaram na busca pelos documentos que fizessem referência ao movimento feminista – Bianca, Catherini e Eliza, que atuam diretamente no projeto “UnB 50 anos”.

Não há palavras suficientes para agradecer à minha família. Obrigada, mãe, por toda a credibilidade que me foi dada, pela confiança na minha capacidade dentro da universidade, por todo suporte em todos os momentos. Ao meu pai, por todo o carinho e compreensão, mesmo, muitas vezes, não entendendo nada dos processos acadêmicos. À minha irmã e à minha vó por sempre estarem lá, acompanharem e darem força.

Obrigada, Raquel Lima, por acompanhar minha graduação como se fosse sua, sempre disponível a me ajudar, fosse com estudos eternos e noite adentro, fosse com a organização e escolha de matérias. Você sempre segurou a barra, os surtos de madrugada e sempre disponível a revisar um trabalho ou a monografia.

Às amigas maravilhosas que me acompanham, dando todo suporte que eu preciso há tantos anos: Ana Arcanjo, Águeda Macias, Helena Simões, Larissa Reis, Luiza Dias, Maria Paula Azevedo. Mais recentemente, Ana Paula Gabatelli, Joana Galinkin, Karina Mascarenhas e Patrícia Testa.

Àquele que faz da minha rotina muito mais legal, que me acompanhou nas noites insones e naquelas de estudos, obrigada Gabriel Rechden.

*A todas as mulheres que, de alguma
maneira, estiveram nessa luta.
Meu respeito àquelas que começaram esse
movimento em Brasília e àquelas que o
continuam.*

RESUMO

A gênese do movimento feminista de Brasília/DF está diretamente conectada ao momento histórico em que está inserida. Pensar o surgimento dos grupos responsáveis pelo fortalecimento das pautas em meio a redemocratização e todo o movimento social que fervilhava nas décadas de 1970, 1980 e 1990 é necessário para compreender os caminhos que foram seguidos e que nos trouxeram até aqui. Há de se considerar ainda todo o percurso feito pelo feminismo em âmbito nacional, que vai fundamentar as bases deste movimento no pós-ditadura.

Recuperar essa memória através da consulta de acervos e, principalmente, de entrevistas de mulheres que vivenciaram e participaram ativamente da construção do movimento é o ponto de partida para a reconstrução dessa história. Através das falas, apareceram grupos, mulheres e motivações fundamentais para o movimento feministas de Brasília/DF. Através de entrevistas não estruturadas, temos a possibilidade de abarcar diversas nuances da experiência de vida de cada uma dessas mulheres.

Três pontos importantes se destacaram – a ramificação do movimento feminista entre militância política e crítica cultural, o silenciamento das mulheres e suas demandas dentro do movimento social mais amplo e na história e, por fim, o pano de fundo desse feminismo, a violência contra as mulheres. Pontuar esses três itens que nos saltam aos olhos nos leva a voltar a atenção para o debate teórico dentro do movimento, observando as motivações internas, como esse movimento se dividiu e subdividiu a partir dos objetivos de luta e de mudança social encabeçados por essas feministas.

Palavras-chave: história do movimento feminista, Brasília, DF, grupos feministas, memória, feminismo.

ABSTRACT

The genesis of the feminist movement in Brasília/DF (Brazil) is directly linked with the historical moment in which it is inserted. The need to think about the rising of the groups responsible for the strengthening of agendas in the midst of a redemocratization and the whole social movement that was boiling in the 1970s, 1980s and 1990s is necessary to comprehend the paths that had been taken and that brought us here. The entire route taken by feminism nationwide must also be considered to substantiate the foundations of this movement in the post-dictatorship.

To recover that memory through the consultation of archives and especially of interviews of women who experienced and actively participated in the building of the movement is the starting point for the reconstruction of this story. Through speeches, groups appeared along with women and fundamental motivations for the feminist movement in Brasília/DF. Through unstructured interviews, we are able to embrace various shades of the life experience of each of these women.

Three key points stood out – the ramification of the feminist movement into political activism and cultural criticism; the silencing of women and their demands within the broader social movement and history; and finally, the background of this feminism, the violence against women. Punctuating these three items that are eye popping brings our attention to the theoretical debate within the movement, observing the internal motivations, how this movement was divided and subdivided based on the goals of struggle and social changing led by these feminists.

Keywords: history of the feminist movement, Brasilia, DF, feminist groups, memory, feminism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Contextualização e emergência do Movimento Feminista em Brasília/DF	10
1.2 Motivação da pesquisa	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
3 PERCURSO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL	17
4 PRIMEIRO MOMENTO: DA DITADURA AOS CAMINHOS PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO (1970)	23
5 SEGUNDO MOMENTO: ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA (1980)	25
5.1 NEPeM e Cfemea – caminhos distintos	29
6 TERCEIRO MOMENTO: NOVO CONTEXTO E BRASÍLIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL (1990)	31
7 FALAS E MEMÓRIAS	34
7.1 Crítica Cultural e Militância Política	35
7.2 Silenciamento	36
7.3 Violência contra as Mulheres	38
8 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
ANEXOS	46
Anexo A – Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985	46
Anexo B – Decreto nº 93.450, de 23 de outubro de 1986	49
Anexo C – Decreto nº 96.895, de 30 de setembro de 1988	51
Anexo D – Decreto nº 96.896, de 30 de setembro de 1988	60
Anexo E – Ato da Reitoria Nº 564/86	61

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho almeja explorar o surgimento do movimento feminista em Brasília. Aponta-se como passo necessário para tal, explorar a noção de silêncio, do não dito, o abafado, não divulgado, não considerado oficial. Sob esta perspectiva, identifica-se que o silêncio faz parte da construção social da História, permeando várias – se não pudermos apontar todas – esferas da vida cotidiana, seja no âmbito do público ou do privado. O que não pode ser dito sempre foi contemplado na vida das minorias políticas, e aqui diz respeito às mulheres brasileiras. Ao mesmo tempo opressor e denunciador, o silêncio esconde as mulheres da história e nos mostra o nível alarmante de opacidade das mesmas: se não nos denominamos mulheres, deixamos de existir (DEL PRIORE, 2000; PERROT, 2005).

A construção da capital do país, a partir de 1955, não se trata apenas da parte física, do concreto, prédios, ruas e construções; sobretudo, uma população se forma e dá origem a novas dinâmicas e conjunturas sociais, desvinculadas de suas localidades de origem, inaugurando processos históricos inéditos. Surgem novas demandas, necessidades e representações populares. Neste contexto estavam as mulheres brasileiras, vindas de diversas regiões do país, exatamente para compor a feição da nova capital. Naqueles idos da década de 1980, as mulheres iniciaram o movimento feminista na Capital do País, no contexto da ditadura militar, cenário político de muita repressão, instabilidade econômica, inexpressividade legitimada pela dominação masculina e heranças sexistas baseadas no patriarcado, sob a crença na existência de um sexo frágil e inferior.

Brasília, enquanto centro do poder nacional, experienciou fortemente as tensões do regime militar. Como exemplo de controle, a cidade viveu dias de extrema repressão durante toda a ditadura. Ações na universidade eram limitadas, as produções culturais e intelectuais contidas. Movimentos sociais locais se vinculavam a movimentos nacionais para subsidiarem sua existência, ao mesmo tempo em que funcionavam como uma incubadora da democracia, de pensamento social e democrático.

Esse estudo busca homenagear essas mulheres, ao reconstruir de maneira singela suas histórias e trajetórias. O intuito é traçar o caminho do movimento feminista em Brasília e no DF com auxílio documental e com os depoimentos de algumas mulheres

que nele estiveram, sem escapar da compreensão de que essa história pode ser vista e interpretada de outras maneiras e por outros olhares.

Os anos setenta foram fundamentais para o surgimento do movimento feminista em Brasília/DF, tendo em vista o contexto político nacional, internacional e o histórico do movimento no país. A criação de grupos de mulheres comprometidos com a transformação da sociedade a partir das diferenças entre as hierarquias e as discriminações que prevaleciam entre homens e mulheres, ainda muito demarcadas na década de 1980 no Brasil, foi um fenômeno recorrente em todo o país, e na capital isso não foi diferente.

A movimentação social gerada pela ditadura trouxe todo tipo de questionamento. O movimento feminista nacional, que passava por uma fase de calmaria até então, começa a se reorganizar motivado pela busca pela liberdade e pela democracia. O feminismo aparece em reuniões privadas, grupos de amigas que se reuniam para trocar vivências e buscar fortalecimento, ao mesmo tempo em que surgia uma militância preocupada com a desmilitarização do governo, com toda a violência a que a população era submetida. O encontro desses movimentos abre portas para a formalização das questões de opressão das mulheres, bem como para a importação de todo debate feminista que acontecia no exterior pelas mulheres exiladas.

É partindo dessa contextualização que meus esforços se concentram nas décadas de 1980 e 1990, pois a partir de virada do século, ano 2000, o movimento feminista nacional e regional se depara com novos paradigmas, passando por novas transformações, distantes e distintas daquelas vividas nas décadas abarcadas por este trabalho. A década da mulher estabelecida pela ONU, em 1975, com a Conferência Internacional sobre as Mulheres, realizada na cidade do México, a volta à democracia no Brasil (1989), e as grandes manifestações sociais organizadas fertilizam esses vinte anos do movimento feminista, organizam suas motivações e objetivos. A virada do século XXI encontra novas motivações e um novo contexto político-social para o movimento feminista, já consideravelmente distante daqueles que o embasaram.

Em tempos de ditadura, surgem diversos movimentos e mulheres militantes sem necessariamente ter uma consciência da situação de opressão/subordinação das mulheres. Grupos formados por militantes lutavam pelo protagonismo dos movimentos, outros se denominavam grupos de autoconsciência e assim formava-se uma consciência coletiva sobre a condição de opressão/subordinação das mulheres.

O exílio teve papel fundamental na construção do pensamento feminista ao longo da ditadura. Mulheres militantes exiladas, aquelas que acompanhavam homens exilados e muitas que saíram do país para estudar tiveram acesso aos debates feministas que aconteciam em outros países da América Latina, Europa e Estados Unidos. Formaram-se grupos de discussão que se comunicavam, dentro e fora do país. Dava-se o embate entre aqueles que consideravam a luta das mulheres particularista e fora de lugar e aquelas que compreendiam o movimento feminista como possibilidade para transformação social (PINTO, 2003).

1.1. Contextualização e emergência do Movimento Feminista em Brasília/DF

Apenas a partir de 1980 surgiram em Brasília/DF grupos organizados de mulheres com pautas feministas. Inaugurando o movimento na cidade, temos o grupo *Mulheres do Cerrado*, vinculado a professoras da UnB, e o *Grupo Feminista de Brasília*, formado por mulheres da sociedade civil que se consideravam (autodenominavam como) independentes, desvinculadas de qualquer instituição ou grupo. Nesse sentido, um rompimento do confinamento dos limites entre a vida privada e a pública se torna nítido e, em meio à luta pela liberdade, lugar de mulher também passa a ser a rua. A união desses dois grupos leva à formação do grupo *Brasília Mulher*, que anos mais tarde vai ser dividido novamente, devido a visões e compreensões diferentes sobre o movimento feminista por parte de suas integrantes. Surgem o Centro Feminista de Estudos e Assessoria - *CFEMEA* -, criado em 1989, que visa atuar mais concentrado na ação política; e o Núcleo de Estudos e de Pesquisa sobre a Mulher - *NEPeM*, grupo de estudos e pesquisa vinculado ao CEAM (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares), formado por professoras da Universidade de Brasília - UnB, provenientes sobretudo da área das ciências sociais e que, como um Núcleo criado no contexto universitário, se voltou ao desenvolvimento de atividades de pesquisa sobre as mulheres, assim como para refletir a situação das mulheres no DF. Ambos existem e estão em atividade até hoje, o CFEMEA acompanhando políticas nacionais e internacionais em prol da igualdade de gênero e o NEPeM congregando estudantes de graduação e de pós-graduação, no sentido de contribuir com a sua formação.

Nos vinte anos de movimento feminista tratados neste trabalho, Brasília/DF viu o surgimento e fortalecimento de correntes distintas de pensamento. Na década de 1980 observamos mulheres dedicadas à militância política trabalhando dentro dos mesmos grupos daquelas voltadas a crítica cultural. A experiência do resto do país foi de grande utilidade. Diversas militantes passaram pela jovem capital do país em decorrência da militância contra a ditadura e pela própria luta pelos direitos das mulheres. Palco da Assembleia Constituinte, a cidade recebeu mulheres de todo o país em busca de mudança social.

Após a primeira década de movimento feminista em Brasília/DF, tínhamos grupos fortes e estruturados, articulando-se nacional e internacionalmente. A capital se tornou elo entre grupos por todo país. Academicamente, avançaram na produção intelectual e em ações para uma mudança estrutural da sociedade.

1.2. Motivação da pesquisa

Recuperar essas memórias e dar voz a esse movimento tão atual se torna uma tarefa irresistível para qualquer feminista. Não posso negar o cunho pessoal que este trabalho assume, pois, vinculada a grupos ou de maneira independente, participo do movimento feminista de Brasília há 10 anos.

Vivenciei, em parte, essa luta, me componho dela enquanto mulher, brasiliense e feminista. Conheço muitas dessas mulheres que bravamente o criaram e o levam adiante e herdei daquelas que já não lutam mais essa ânsia por tornar nossa cidade, e o mundo, mais igualitários. Fui também oprimida pela violência do silêncio e, porque ele existe, nossa luta se dissipa, diluindo nossas lutas na história.

Além do cunho pessoal, identificar e registrar as motivações e o contexto histórico, político e social do surgimento do movimento feminista em Brasília/DF é um reflexo da necessidade de se construir a história da cidade dentro de toda sua pluralidade. As ações do movimento feminista trouxeram mudanças, influenciaram a legislação e proporcionaram novos espaços de debate e reflexão.

Não troquei de lugar de fala, mas descobri dentro da academia uma nova possibilidade de nos fazer ouvidas. Este trabalho é a concretização dessa possibilidade, uma intenção sincera de dar início a uma reflexão sobre nossas histórias.

A recuperação e registro da memória e da história do movimento feminista em Brasília/DF que possibilitou a criação do *NEPeM*, consiste na pesquisa dos movimentos sociais e acadêmicos que emergiram a partir de 1980, nesta cidade. Partiremos dos primeiros grupos feministas – Mulheres do Cerrado e Grupo Feminista de Brasília – para traçar uma cronologia dos acontecimentos e da formação dos grupos seguintes – *CFEMEA* e *NEPeM*. Ou seja: construir o cenário para criação do *NEPeM* a partir do contexto histórico de seu surgimento, analisando outros grupos envolvidos e pessoas responsáveis. Traçar sua trajetória ao longo dos primeiros vinte anos de movimento feminista em Brasília/DF.

Mapear e registrar os movimentos sociais ativos e originados em uma cidade significa resgatar a memória da constituição social local. Essa memória não é a oficial – memórias de lutas de classes subjugadas tendem a ser esquecidas, deixadas de lado por não dizerem respeito aos vencedores. A história das mulheres se enquadra nesse aspecto: esquecida e silenciada ao longo da história da humanidade. Voltar no tempo e dar voz a essas mulheres significa não apenas justiça social, mas principalmente a busca por uma compreensão mais abrangente dos caminhos percorridos.

Nesse sentido, resgatar a história das mulheres em Brasília/DF é a tentativa de reescrever essa história, de traçar os movimentos que nos trouxeram até aqui. A luta dessas mulheres se origina junto com a construção da cidade e com as demandas políticas e sociais que ela acarretou.

Garantir o registro dessas memórias é um dever político e social, capaz de nos fazer entender a constituição do poder local e do lugar ocupado pelas mulheres. Brasília surgiu em plena terceira onda feminista e muitas batalhas já haviam sido travadas no Brasil. Como localizar nosso movimento feminista e de mulheres no tempo e na história? Esse trabalho é importante para que essas vozes jamais se calem e para que as lutas não caiam no esquecimento.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa proposta foi planejada considerando-se a inexistência de material produzido previamente com a intenção de abarcar todo o histórico do movimento feminista de Brasília/DF. Busquei tratar o assunto com muito cuidado, sabendo que essa história perpassa a história pessoal e política de muitas mulheres e grupos organizados. A decisão metodológica de recolhimento de dados foi por entrevistas não estruturadas e vasta pesquisa documental foi privilegiada. As fontes de informação documental foram buscadas no arquivo do NEPeM (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Mulher – UnB), que disponibilizou documentos diversos, assim como publicações lá arquivadas; entrevistas selecionadas com algumas das mulheres que participaram desses movimentos, arquivos particulares e notícias veiculadas nos jornais impressos locais.

Segundo Minayo (2007), a entrevista não estruturada pode ser definida como uma conversa com objetivo que segue um roteiro invisível, servindo somente como orientação para o entrevistador e não como cerceamento da fala do entrevistado. Para a autora, a informação aberta almeja vários objetivos, como: a descrição do caso particular; a compreensão das especificidades mais profundas da vivência do grupo sobre aquele determinado assunto; a comparabilidade de diversos casos (2007, p. 265). Para Michelat (1975), quanto mais livre de estruturas é a entrevista, mais possível se torna a emersão e a capacidade de se ressaltar as esferas sócio-existenciais, permitindo às entrevistadas a exploração de suas memórias e emoções ao relembrar de fatos.

O objetivo da entrevista não estruturada é possibilitar a maior troca possível de informações entre entrevistadora e entrevistada, tendo em vista a necessidade de se adentrar nas esferas de motivações pessoais, memórias e emoções que estejam envolvidas em um contexto social, histórico e político pré-determinado. Dado o caráter personalista da informação intencionada, a possibilidade de uma intervenção rígida impede a construção da oralidade e da memória individual.

Na pesquisa, objetivamos a realização de, pelo menos, três entrevistas que pudessem nos apresentar as motivações e vivências de mulheres que estiveram envolvidas na gênese do movimento feminista de Brasília/DF. A impossibilidade de comunicação com todas as mulheres que fizeram parte da origem do movimento feminista de Brasília/DF e a dificuldade de conciliação de agendas com o calendário da universidade tornaram viáveis a realização das três entrevistas necessárias para que o

trabalho se debruçasse nas experiências delas. Nesse sentido, usei-as como forma de exemplificar as informações obtidas pela pesquisa documental, bem como dar vida a determinadas datas e eventos e iluminá-los. Foi de extrema importância trabalhar com as entrevistadas, pois elas trouxeram motivações pessoais e de grupos existentes na época, muitas vezes impossíveis de serem extraídas de documentos. As entrevistadas fizeram parte da gênese movimento feminista, têm longo histórico na militância formal e foram responsáveis pela criação de grupos e trabalhos importantes na cidade.

Trabalharei com nomes fictícios pela necessidade acadêmica de preservar as entrevistadas. G.R.T. foi a primeira entrevistada. Com vasta participação em organizações não governamentais, teve experiência na formação de partidos e acompanhamento de legislação e ações governamentais. A.G.H., a segunda entrevistada, acompanha organizações que datam da primeira metade da década de 1980, participou de ações com o governo, teve vínculo com a academia e realizou produção teórica sobre gênero e feminismos. A terceira entrevistada, M.B.K., tem todo seu trabalho vinculado à academia e à crítica social a partir do feminismo.

Os documentos pesquisados concentram-se principalmente nos arquivos do NEPeM, que, além do próprio acervo, conta com parte da biblioteca pessoal cedida por colaboradoras e parte de bibliotecas cedidas por organizações. As informações encontradas não trouxeram de forma explícita a história que busco recompor, pelo contrário, me deparei justamente com uma lacuna de registros. Notícias, panfletos, campanhas diversas me apresentaram as ações e atividades de diversos grupos entre os anos 1970 e 1990, mas por muito tempo segui sem resposta às questões básicas – de onde esses grupos vieram, como começaram.

O registro que vai abrir as portas para meus questionamentos e determinar meu caminho nesta pesquisa é o trabalho apresentado pela Professora Lourdes Bandeira, no evento Pré-ALAS - Seminário Internacional de Sociologia: 50 anos de Brasília e 40 anos do PPGSOL/UnB, realizado em novembro de 2010, ocorrido na Universidade de Brasília e co-escrito com a Professora Mireya Suarez. Nesse trabalho elas dão início à pesquisa sobre a memória do movimento feminista de Brasília/DF, focando na implementação dos estudos de gênero da UnB.

Para análise do material selecionado, algumas abordagens metodológicas foram consideradas mais interessantes. Enquanto pesquisa de natureza qualitativa e de caráter histórico, recompondo origens de um movimento social, o trabalho de pesquisa perpassou fontes orais e documentais. As entrevistas se mostraram muito importantes

para a contextualização da pesquisa e, portanto, a História Oral é fundamental para sua interpretação. Concomitantemente, a abordagem da Análise Documental foi escolhida por atender as necessidades do trabalho com o material selecionado dos acervos.

A construção da História Oral não implica necessariamente uma teoria empírica como resultado da pesquisa, mas sim enraizada na realidade social (THOMPSON, 2002). O trabalho com a experiência social real tornam inseparáveis a vida cotidiana dos atores sociais, a linguagem, as práticas e os acontecimentos. Ao mesmo tempo, a pesquisa documental anuncia o espírito da época, fatos relevantes e possíveis motivações para ações individuais e de grupos.

Para Jacques Le Goff (1992), a função da memória é guardar determinadas informações que acessam funções psíquicas que nos remetem a uma série de informações passadas. A lembrança individual está conectada ao contexto histórico de cada indivíduo, relacionando-se a comportamentos e mentalidades coletivas. Assim, a memória nos é útil para abordarmos problemas do tempo e históricos, possibilitando uma análise crítica da lembrança.

A capacidade de adquirir, armazenar e evocar momentos vividos transforma a História Oral em um meio formal de se trabalhar com a memória coletiva e social, mesmo que nem sempre visto com bons olhos. A necessidade de construção historiográfica do assunto trabalhado nos impele a buscar em lembranças e histórias individuais informações capazes de remontar o coletivo em uma determinada época.

Tratando-se de uma reconstrução histórica baseada primordialmente na memória daquelas mulheres que vivenciaram a formação do movimento feminista de Brasília/DF, considerar a fenomenologia como metodologia se faz pertinente. Para Merleau-Ponty (1999) o mundo consiste no que vivemos, não naquilo que pensamos. Nos comunicamos com o mundo, mas de maneira nenhuma o possuímos, pois é inesgotável.

Em seu livro, *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty desconstrói o modo de pensar as coisas por partes, como um objeto que faz parte do todo e é classificado, justificado pela ciência. Se tudo passa pela visão particular de cada indivíduo, mesmo sob o entendimento científico, a experiência de mundo não teria sentido sem os símbolos que cada um/a tem para si. A ciência não tem sentido para um mundo que não é vivido e, por sua vez, não tem nem terá sentido de ser se este mundo não for percebido. O autor sugere outro modo de pensar as coisas, em conjunto e não compartimentadas, afirma que é necessário pensar primeiramente o mundo pela percepção, pela vivência, pela experiência humana.

A análise documental tem por objetivo dar forma e representar de outro modo a informação, na medida em que for mais conveniente ao pesquisador. Com o propósito de armazenar as informações e facilitar o seu acesso, o documento passa por um processo de transformação, de tal forma que se possa obter dele o máximo de dados e de pertinência. (BARDIN, 2004).

3 PERCURSO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

A década de 1970 foi marcada pelas ditaduras do cone sul. A violência política, a luta armada e o terrorismo de esquerda e direita predominavam, bem como o endurecimento do aparato estatal. No Brasil, a ditadura atingiu seu auge em 1970 com o desenvolvimento econômico do país sendo chamado de “milagre brasileiro”. Ao mesmo tempo, o regime censurava todos os meios de comunicação e usava de todos os meios para conter os opositores. A década de 80 foi marcada pela decadência desse regime, sendo oficialmente extinto em 1984 com as eleições presidenciais.

O feminismo no Brasil já vinha se alastrando desde o final do século anterior e era caracterizado por sua fragmentação e múltiplas pretensões. Celi Pinto separa o feminismo no Brasil em dois grandes momentos: final do século XIX até 1932, e após 32 (PINTO, 2003). O primeiro momento é caracterizado como “bem comportado”, tendo como referência forte o feminismo de Bertha Lutz, onde a feminilidade foi usada a favor das mulheres e da sua participação política (SOIHET, 2006). Esse feminismo traz todo o peso da participação da mulher na política, tendo como foco o movimento sufragista.

O segundo momento é tratado como “mal comportado”, oficializando a luta feminista pelos direitos das mulheres. O direito à educação e o questionamento da dominação masculina entram em evidência. Novas questões aparecem, debates sobre corpo e sexualidade tomam forma e o O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, entra com força na formação intelectual das feministas.

O movimento feminista não para, mas retoma forças na década de 1970. O lema “Brasil: ame-o ou deixe-o”, traduz a situação política da época com maestria. Qualquer atuação política enfrentaria grande repressão. A ditadura faz com que renasça um movimento feminista do exílio, com grande efervescência política. As mulheres exiladas voltam do hemisfério norte com uma nova visão sobre o que é ser mulher (PINTO, 2003). Esses movimentos se envolvem também com a política e com a academia, sofrendo influências e abalos dos dois lados.

Feministas como Heleieth Saffioti já estavam produzindo na década de 70 e vinham influenciadas por Beauvoir (MENDÉZ, 2008). Tratando assuntos como trabalho, patriarcado, opressão e violência de gênero, Saffioti foi umas das responsáveis

pela disseminação do feminismo pelo país. Começam os questionamentos de gênero, perpassando todos os aspectos da vida e organização social.

Muitos desses movimentos foram caracterizados inicialmente por reuniões de mulheres em âmbito privado. Diferentemente do que ocorria no exterior, no Brasil grupos de mulheres se constituíam como grupos discussão, reflexão e compartilhamento de experiências dentro de casa. Formavam-se por todo o país “grupos de amigas”, onde a participação era feita através de convite, partindo não da necessidade de pôr em xeque a condição de opressão da mulher e sim da vontade de intervir no mundo político a partir da condição de esposa, mãe, dona de casa.

A distância entre esses debates e entre a emergência de grupos feministas e de mulheres foi diminuindo. A importação do debate que acontecia em outros países foi se propagando e cada vez mais os grupos de mulheres passavam a problematizar a “condição de mulher” (PINTO, 2003). Nesse momento, está marcado o paradoxo do desenvolvimento do feminismo no Brasil – apesar de diretamente ligado com a mudança da sociedade e com vínculo estreito com movimentos contra a ditadura, estes o viam como um desvio particularista, um tema a ser tratado em segundo plano.

O ano de 1975 foi definido pela ONU (Organização das Nações Unidas) como Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher. Esta escolha foi um grande marco na história do feminismo e possibilitou um novo status para as questões da mulher no Brasil. Foi um marco tanto para entrada definitiva das mulheres na esfera pública, bem como da impossibilidade de se rejeitar a existência e importância do movimento feminista crescente no país.

Para definirmos o surgimento e fortalecimento do movimento feminista no Brasil é também importante ressaltar o vínculo das feministas com a SBPC (Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência). O espaço proporcionado pela SBPC era na época um dos únicos espaços onde se conseguia burlar a rígida censura do regime militar. Em 1975, um grupo de feministas se juntou à reunião anual da instituição e dela participaria pelos próximos dez anos. Surgem nesse momento os indicadores do que seria o feminismo acadêmico no Brasil e que levaria a atuação fundamental para a consolidação do movimento nos anos seguintes: “a pesquisa científica sobre a condição da mulher no Brasil” (PINTO, 2003, p. 62).

A virada para a década de 1980, portanto, foi marcada por um grande questionamento do lugar da luta das mulheres. Em uma época em que grande parte da população ocupava o lugar de dominado, a condição da mulher tendia a ser incluída

nessa dominação global pelo modo de produção capitalista, ou na luta de classe. O debate das questões de gênero em si era relegado à questões de menor importância por aqueles que se empenhavam numa luta que visava a ampliação do campo político.

Mas novos caminhos se apresentam ao feminismo. A promessa de democratização gradual do governo militar e o alto custo da repressão política presente até então começavam a mudar os ares do país. A estratégia de enfraquecer a oposição acabando com o bipartidarismo para aumentar as chances da manutenção dos militares no poder pelas urnas gera, além do rompimento da unidade de oposição, possibilidade para manifestações dos diversos movimentos político-ideológicos que a compunham.

O surgimento do PT (Partido dos Trabalhadores) e do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) impeliu as feministas, que se identificavam com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), a se dividirem. A redemocratização provocou também a divisão entre feministas que acreditavam na institucionalização do movimento e em seu vínculo com a esfera estatal e aquelas que acreditavam na autonomia.

Observamos, a partir 1982, que esses conflitos vêm à tona em meio a um movimento feminista que busca espaço em todo o processo de redemocratização. Feministas do PMDB são pressionadas e criticadas por agora fazerem parte do governo. Rompe-se a barreira de adentrar o governo, mas perde-se autonomia e independência. A criação de conselhos foi parte desse processo, que ocupava espaços políticos, contudo não conseguia acessar a estrutura do poder.

O grande marco da década de 1980 foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985. Com o objetivo de articular as demandas do movimento feminista e das mulheres em geral, o Conselho inicia suas atividades possuindo orçamento próprio e contando com uma presidenta com status de ministra. Ele centralizava as lutas feministas brasileiras e teve grande impacto na Constituição de 1988. Com a entrada do governo Collor, o Conselho perde seu orçamento e seu caráter político, tendo atividades expressivas apenas até 1989. (PINTO, 2003)

A Constituinte foi o acontecimento da década para a democracia e para o feminismo. O Conselho Nacional teve papel fundamental na garantia dos direitos das mulheres, porém o movimento feminista em si estava organizado do lado de fora da Câmara. 26 deputadas foram eleitas na época, nenhuma delas com atividade significativamente feminista. Ao contrário do que se poderia esperar, elas apresentaram 30 emendas sobre os direitos das mulheres, tratando de praticamente todas as

reivindicações do movimento feminista. Além das mulheres que ocupavam cargos de representação, a Constituinte foi fortalecida pela pressão organizada, atuando nas demandas e nas proposições pelos direitos das mulheres.

Ainda se faz importante ressaltar dois pontos do movimento feminista desenvolvido na década de 1980 que vão influenciar diretamente a década seguinte – o feminismo profissionalizado (intervencionista) e o feminismo acadêmico. Já no início dos anos 1980, o movimento feminista se depara com as necessidades de mulheres que não querem se tornar militantes, cujos principais problemas enfrentados referem-se à saúde e à violência. Para acomodar essas demandas, surgem grupos organizados de profissionais no intuito de abarcar também essas mulheres, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que vão pautar ações feministas até os dias de hoje. Outra vertente do movimento feminista abre portas para as pesquisas e estudos acadêmicos sobre as mulheres. Surgem grupos de pesquisa, núcleos de estudos e publicações especializadas, ocupando espaços nas universidades e empenhados em produzir sobre a realidade brasileira.

A década seguinte, 1990, é marcadamente mais calma que as anteriores. Com a democracia reestabelecida e o clima político voltando ao normal, muitos movimentos sociais se dissipam. Muitas demandas foram incorporadas ao senso comum, e podemos observar os primórdios do politicamente correto. Piadas racistas, machistas e homofóbicas deixam de ser vistas com bons olhos, por exemplo. O contexto das relações de trabalho também dá sinais de mudanças, e a não-discriminação por sexo é uma luta que começa a fazer parte do discurso público.

Ao mesmo tempo, em âmbito nacional, a teoria feminista se desvincula dos movimentos. Academicamente os debates e produções crescem, enquanto o movimento se especializa e formaliza no formato de ONGs. A questão da violência continua marcando a temática do movimento, com foco agora em violências simbólicas como o assédio sexual. Observa-se que os direitos das mulheres passam a fazer parte da pauta do governo, e seu uso em campanhas políticas demonstra como as pautas feministas se difundiram na população.

A participação política das mulheres ainda é pequena, com os cargos de alto escalão raramente sendo ocupados por mulheres. Mesmo assim, o comprometimento com as causas se mostra forte e determinado desde a década anterior. A mudança mais significativa de lugar de fala consiste na alteração de estrutura das ONGs, que deixam de ser grupos inclusivos e abertos à participação para tornarem-se estruturas fechadas,

rígidas. A institucionalização leva a um fechamento cada vez maior em diretorias e conselhos.

Temos em 1990 uma nova demanda para o movimento feminista. Apesar do diálogo praticamente constante com movimentos internacionais nos anos anteriores, a organização do movimento feminista nacional agora se envolve com as agendas internacionais. Durante toda a década, diversos grupos se envolveram em encontros internacionais onde acordos eram firmados – a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1992 no Rio de Janeiro (Rio 92), a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), mais conhecida como Conferência do Cairo, realizada em setembro de 1994, a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Pequim no ano de 1995, normalmente referida como Beijing 95 – e governos se comprometiam com mudanças e melhorias sociais. A participação na construção desses acordos era fundamental para que fosse possível cobrar suas deliberações nas esferas governamentais. A troca de experiências nesses encontros enriqueceu o movimento ao proporcionar especificidade e objetivos claros para a luta de mulheres.

Nas questões acadêmicas, a década de 1990 é marcada pela entrada do conceito de “gênero” no Brasil. Margareth Rago é uma das responsáveis pela entrada do conceito, após uma conferência em New York, onde os “gender studies” (em português, “estudos de gênero”) estavam a todo vapor. Ela define gênero como a “construção social e cultural das diferenças sexuais” (RAGO, 1998). Essa entrada abre portas para uma nova concepção entre as relações sociais entre os sexos, promovendo novos grupos de estudo e uma renovação na formação feminista.

A chegada do novo milênio trouxe novamente mudanças dramáticas no contexto social e político para o movimento feminista. A pressão exercida pelos movimentos sociais, principalmente aqueles com base nos acordos internacionais, não surtem mais os mesmo efeitos. Novas possibilidades de diálogo com os setores do governo e detentores do poder são procuradas, um novo momento para os movimentos sociais definem a necessidade de uma grande reviravolta. Encerra-se, a meu ver, um ciclo de vinte anos de construção e fortalecimento de um movimento feminista nacional.

É importante ressaltar a retomada, a partir dos anos 2000, de um movimento de estudos e pesquisa interessado em micro história e resgate de memória. Esse retorno demonstra brevemente os interesses na construção teórica do feminismo, a volta da

necessidade de munir as mulheres com suas próprias vozes. Em *As Mulheres ou Os Silêncios da História*, Michelle Perrot nos apresenta a questão das mulheres silenciadas:

A voz das mulheres é um modo de expressão e uma forma de regulação das sociedades tradicionais onde predomina a oralidade. Mas sua palavra pertence à vertente privada das coisas; ela é da ordem do coletivo e do informal; ela é proferida no boca-a-boca da conversa familiar, na melhor situação possível, no quase ritual da conversação (...) O que é recusado às mulheres é a palavra pública. Sobre ela pesa uma dupla proibição, cidadã e religiosa. (PERROT apud PIETRA MÉNDEZ, 2008, p.2)

4 PRIMEIRO MOMENTO: DA DITADURA AOS CAMINHOS PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO (1970)

Brasília foi palco da efervescência política pós-ditadura militar. Entender o surgimento dos movimentos sociais na cidade, principalmente o movimento feminista, só é possível se conseguirmos visualizar as motivações políticas e sociais que pairavam no ar no final dos anos 1970. Uma cidade nova, com sua população ainda composta majoritariamente de pessoas de outros estados e no epicentro da repressão política.

Buscamos aqui a semente de um feminismo brasileiro, completamente vinculado ao movimento do resto do país e a outros movimentos sociais ativos na época. Não aconteceu de maneira diferente do que em outros lugares: houve a formação de grupos de mulheres desvinculadas da problematização da condição da mulher na sociedade, ocupando lugares de fala como mãe, esposas e donas de casa. Movimentos pela anistia e a briga direta contra o governo trouxeram uma diversidade de mulheres e lutas para as ruas.

A Universidade de Brasília foi vítima da repressão, invadida pelos militares em quatro datas distintas (1964, 1965, 1968 e 1977), e passou por quase todo o regime militar, de 1964 a 1979, sob constante vigilância. A proximidade com o poder e a fama de ser uma universidade com professoras/es e estudantes marxistas colocaram a Universidade no centro das atenções do governo militar. Muitos professores e estudantes foram acusados de subversão e perseguidos, muitos foram expulsos e acabaram sendo exilados, outros foram para outras universidades, e muitos ficaram, se organizaram e lutaram contra o regime, apesar de serem vítimas permanentes da repressão no cotidiano da vida universitária.

Não podemos tentar compreender o surgimento do movimento feminista sem enxergar os diversos caminhos que essas mulheres estavam percorrendo. Movimentos sociais diversos se engajavam na luta pela democracia. Em meio a total repressão e um movimento feminista voltando à atividade no resto do país, surgem grupos dentro e fora da universidade. Podemos ver uma das primeiras fagulhas do feminismo neste trecho da entrevista de G.R.T.:

Tinha um grupo de mulheres, estudantes, ativistas do movimento estudantil. A gente começou a se incomodar, a gente não chamava assim, com as relações de gênero dentro do movimento. E aí a gente criou um

grupinho de estudos pra ler O Segundo Sexo e a gente começou a criar problema dentro do movimento, a gente começa a trazer essa agenda, essa questão do corpo, das mulheres. Naquele momento ali, anos 1980, tinha o Gabeira desbundando, era o desbunde, tinha uma discussão sobre o corpo, sobre sexualidade, que era e que havia uma aversão muito grande a essa discussão dentro da esquerda, que era o movimento estudantil, um movimento de esquerda. Ele consegue sobreviver e aparecer naquele movimento em plena ditadura militar. Se ele traz esse vigor de protesto, ele também traz os ranços. Então eu acho que ali tem os germens do que seria o movimento de mulheres mais adiante, o feminismo.

Observamos fagulhas de um movimento que se oficializará em pouco tempo, mas não necessariamente com essas pessoas que se organizavam. Torna-se importante ressaltar que o feminismo começa a se espalhar pelos movimentos, as mulheres demandam atenção a questões específicas, são as fagulhas da luta contra a opressão e submissão das mulheres.

5 SEGUNDO MOMENTO: ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA (1980)

A década de 1980 foi marcada pelo surgimento de grupos de mulheres e grupos feministas em Brasília/DF. O programa da Rádio Nacional Viva Maria, com sua primeira transmissão em 14 de setembro de 1981, foi o primeiro programa popular local a chamar mulheres, em toda sua diversidade, para o debate da condição feminina e propor questionamentos feministas. A radialista Mara Régia, responsável pelo programa, convoca mulheres para o diálogo, realizando reuniões presenciais.

Mulheres já envolvidas com a ideologia feminista formavam dois grupos distintos e informalmente constituídos de reflexão na cidade: o grupo Mulheres do Cerrado, liderado pela Professora Mireya Suarez, que reunia professoras como Ana Vicentini e Lucia Sander e estudantes da Universidade de Brasília; e o Grupo Feminista de Brasília, liderado por Marlene Libardoni, agregando mulheres vinculadas à sociedade civil, aos sindicatos e ao Itamaraty. Podemos observar na composição desses grupos o caráter reflexivo que possuíam, a presença de mulheres que acessavam a academia, daquelas que estiveram fora do país dada sua profissão com acesso facilitado aos debates feministas internacionais, além de grupos de militantes.

Em abril de 1980, esses dois grupos se encontram em um evento realizado na UnB chamado “Movimento Cultural no Distrito Federal” e surge a ideia de unificar esforços para a criação de um grupo feminista institucionalizado. Marlene Libardoni assume a liderança das ações para criação do grupo em reunião no dia 27 de novembro do mesmo ano. Da unificação desses dois grupos nasce o Brasília-Mulher.

O grupo Brasília-Mulher institui-se como sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, constituído por prazo indeterminado, com sede e foro em Brasília-DF (Diário Oficial No. 33.887, 23 de abril de 1981; pg.7490). Estatuto do Brasília-Mulher dispõe que:

“O Brasília-Mulher tem por objetivo e por finalidade:

Estudar a situação da mulher dentro da sociedade e as causas da opressão de que é objeto;

- I- Trabalhar para que as mulheres se conscientizem do papel que desempenham atualmente na sociedade e, a partir dali, se tornem protagonistas da luta por sua emancipação;

- II- Dar apoio às mulheres, grupos e instituições que lutam pela eliminação das diferentes formas de discriminações de que é objeto a mulher;
- III- Servir de porta-voz da luta e das reivindicações feministas junto às autoridades e conseqüente força de pressão para o cumprimento, reformulação e criação de leis que beneficiem a mulher;
- IV- Lutar pelo desenvolvimento de uma sociedade mais justa, onde todos sejam considerados iguais”.

O Brasília-Mulher tinha como objetivos lutar pelo desenvolvimento social e político, fomentar estudos, promover a conscientização de mulheres sobre mulheres, servir de grupo de apoio e de porta voz das mulheres. Ele evidenciava duas tendências: a reflexão e a crítica cultural, encabeçadas por Mireya Suarez e Ana Vicentini, entre outras, e a centralidade na mobilização social e ação política, vertente liderada por Marlene Libardoni. Sobre esse momento do Brasília-Mulher, nas palavras da entrevistada M.B.K:

Por um lado a necessidade de politizar, politizar no sentido de politica partidária o movimento e por outro lado a necessidade de mantê-lo com a experiência que essas mulheres traziam. Então, era uma época muito engraçada a do Brasília-Mulher, aliás, não sei qual é a sua informação da origem do Brasília mulher, sua origem foi a junção do Mulheres do Cerrado (algumas eram alunas minhas) e um grupo que recém tinha se formado. As mulheres do cerrado eram um grupo muito mais subjetivo, daqueles de chorar as mágoas e de colocar a necessidade de mudança cultural – isso é uma diferença bem grande - à questão política. Ai se juntou numa reunião da UnB, se encontrou este grupo de Mulheres do cerrado com um grupo menor, mas muito politizado, menos cultural e mais político. Grupo que virou depois o Cfemea – e depois a Agenda, com a liderança indubitável de Marlene Libardoni. (...) Eu queria que você destacasse a grande importância da Marlene. Eu diria que fomos nós duas, Marlene do lado desse grupo muito pequeno que chegou na UnB nessa noite (...) e aí eu a conheci, e aí que se criou o Brasília-Mulher com essa fusão. Uma fusão que não deu, não aglutinou todo mundo, justamente pela diferença. O lado da Marlene era muito politizado e o outro lado culturalista. Um pouco eu que ficava no meio, acho que fui eu que tentava fazer a articulação, conseguimos durante um tempo, mas depois várias dessas mulheres do cerrado se afastaram e entrou gente nova, muita gente nova. Chegamos a reunir em uma sala que alugávamos na asa norte, 30 a 40 mulheres. É nesse processo que o Brasília-Mulher cresceu, mas parei pra dizer que quase éramos obrigadas a politizar. Tudo que acontecia nessa cidade, no país e as vezes no mundo, os jornalistas vinham ao Brasília Mulher pedir opinião, tínhamos que saber de tudo, e eu diria que foi uma bela oportunidade de ir jogando a questão feminista nos problemas do mundo. Era frequente que uma matéria que tinha haver com a fome em algum lugar, dava um artigo mais interessante do que, por exemplo, a sexualidade. Quando a gente falava da opção sexual, do direito a dispor do corpo, nem falar em tom de aborto, era um negocia que saia tão ruim. Por que de uma forma ou outra, os

jornalistas eram contra, ou seja as questões feministas não eram bem tratadas, mas as questões feministas inseridas em outros problemas eram melhor tratadas.

Aproximadamente no meio da década de 1980, o grupo Brasília-Mulher sai de cena, dando lugar a outros dois grupos distintos, representantes das duas tendências que o grupo evidenciava – o NEPeM, associado à Universidade de Brasília e o Cfemea, organização não-governamental de luta pela cidadania das mulheres. A declaração de Mireya Suárez nos contextualiza a situação da época:

No começo a gente (do Brasília Mulher) se pensou participante de um único movimento de vanguarda em prol de todas as mulheres do mundo. Não havia *expertas* em gênero ou em teoria feminista. Havia um pequeno grupo de mulheres (em média 30) que atuavam como feministas e que acreditavam falar uma linguagem comum a todas as mulheres, bem como praticar algo assim como uma *irmandade universal*.

Porém, já em mediados da década de 1980, com o aumento do número de participantes, começamos a perceber que tal linguagem comum e tal irmandade não existiam de fato, embora a solidariedade parecesse estar de algum modo sempre presente. Ocorre que as mulheres começaram a enunciar “discursividades” localizadas em lugares de fala muito diversos: partidos políticos, classes sociais, grupos étnico/raciais e preferências sexuais, dentre os mais importantes. Como ocorreu com muitos outros grupos de reflexão cidadã, no Brasil e fora mesmo, o Brasília-Mulher implodiu e suas participantes se afiliaram a instituições mais homogêneas, como as ONGs, as instituições governamentais e as universidades, uma vez que se iniciava a abertura de um novo campo de estudos e de pesquisas.¹

Os anos de 1985 e 1986 são marcados por inúmeras transformações sociais no contexto local e nacional. O fim do regime militar e a redemocratização do país estão se concretizando, os novos partidos políticos criados a partir do início da década crescem, e a pressão por eleições diretas trazem consigo pautas novas e cada vez mais intensas. O movimento feminista se divide enquanto mulheres lutam por espaço dentro de seus partidos e dentro do próprio movimento. G.R.T. relembra os posicionamentos do movimento estudantil e posteriormente do Partido dos Trabalhadores, do qual fazia parte:

¹ Texto retirado de: BANDEIRA, Lourdes; SUAREZ, Mireya. A emergência dos estudos e pesquisas feministas do Distrito Federal. In: PRÉ-ALAS: Seminário Internacional de Sociologia, 2010, Brasília. *Mesa redonda Estudos de Gêneros na UnB e atuações feministas em Brasília: histórico e perspectivas*. Não publicado.

A gente tava no movimento estudantil, com uma outra aspiração, quando digo uma outra aspiração é a gente não queria ser dona de casa, mãe de filhos, a gente tava construindo, era parte de um movimento de protesto, a gente não queria fazer o papel de mulherzinha, mulherzinha no pior sentido. E os homens do movimento, jovens como nós, eles queriam mudar varias coisas mas isso eles não tavam nem vendo que tinham que mudar. E essas agendas de sexualidade, de corpo, que de alguma maneira nos convocava, a esquerda tinha uma aversão a isso, droga, sexualidade, de uma maneira geral, mas gays e lésbicas eram assuntos proibidos, era segredo. (...) E nós, as mulheres, trouxemos essa questão de alguma maneira pro movimento estudantil. (...) Dentro do PT eu fui vendo a coisa se complicar bastante, discutir licença paternidade, por exemplo, era uma piada, aborto era discutido de maneira honesta, era assim, tem que colocar a questão do aborto dentro da plataforma, mas se a gente colocar a questão do aborto a gente vai perder o apoio da igreja e a gente tem que saber se quer ganhar. Foi bastante complicado, eu vi vários embates nessas questões e eu resolvi sair do partido no processo da assembleia constituinte.

Em junho de 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher². Sediado em Brasília e vinculado ao Ministério da Justiça, teve como objetivo promover políticas contra a discriminação da mulher e reforçar a participação política, cultural e econômica da mulher no país. A primeira relação de Conselheiras foi composta por nove presidentas, dentre elas a atriz e produtora luso-brasileira Ruth Escobar, referência artística e política na luta contra a ditadura, e a antropóloga Ruth Cardoso, também primeira-dama do país de 1995 a 2003. O Conselho foi muito ativo até a troca do Ministro da Justiça em 14 de fevereiro de 1986 por Paulo Brossard, quando seu orçamento foi cortado e suas ações, restritas³. Mara Régia foi representante do Distrito Federal na criação do Conselho. A partir de 2003, o Conselho passa a constituir a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, filiado à Presidência da República, atuante até o presente momento.

A pré-constituente tem início em 1986. Movimentos sociais de todo o país voltam-se para a construção da Constituição Federal. O movimento feminista organiza-se em prol das questões das mulheres e atua como polo agregador dos mais diversos grupos e mulheres feministas. Em junho de 1986, é criado o Fórum de Mulheres do Distrito Federal. No Fórum, encontravam-se mulheres de diferentes partidos e setores feministas, feministas independentes, mulheres trabalhadoras, acadêmicas, dentre outras (THURLER, 2010). O Fórum já mostra sua força a partir do ano seguinte, ao investir

² Vide Anexo A.

³ Vide Anexos B, C e D.

em lutas para denunciar e combater a violência contra as mulheres. A demanda pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) foi atendida em 1986, e a criação do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal (CDM-DF), em 8 de março de 1988.

5.1. NEPeM e Cfemea – caminhos distintos

Em 1986 é criado dentro da Universidade de Brasília o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPeM⁴ –, pelas Professoras Lúcia Sanders, Ana Vicentini de Azevedo, Mireya Suarez e Lia Zanotta Machado. O NEPeM é vinculado ao Centro de Estudos Multidisciplinares (CEAM), criado mais cedo no mesmo ano, com objetivo de estimular e agregar pesquisadores de diferentes áreas da Universidade, unir o avanço científico à transformação social, socializar o saber, tornar o conhecimento e as práticas da Universidade acessíveis a sociedade brasileira.

Suas idealizadoras marcaram seu tempo de coordenação do Núcleo: Ana Vicentini e Lúcia Sanders definem o perfil inicial, com o trabalho focado na área da literatura feminista. A crítica cultural e debate sobre as relações de gênero consolidam as intenções que levaram a formação do NEPeM.

A criação do NEPeM é de extrema importância para o movimento feminista de Brasília/DF, por ser o único grupo com foco em pesquisa e produção acadêmica feminista da cidade até aquele momento e único em porte até hoje. Foram realizadas incontáveis pesquisas e trabalhos acadêmicos através do NEPeM, devendo ser citados os de maior envergadura: “Relações de Gênero e Raça: Hierarquias, Poderes e Violências”, com apoio do CNPq; “Violência e Cidadania no Distrito Federal”, com apoio da FAP/DF; e “A Resolução Institucional de Conflitos - Acesso aos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil”, apoiado pela Fundação Ford, coordenado pela Profas. Lourdes Bandeira e Mireya Suarez.

As atividades de ensino também ocuparam espaço de importância crescente. Além de assistentes de pesquisa treinados dentro do Núcleo, ele atendeu a uma demanda

⁴ Anexo E.

crescente por parte dos estudantes em formação nas abordagens feministas e de gênero. Suarez narra que

Centenas de estudantes de graduação e pós-graduação receberam formação teórica e metodológica nessas abordagens por meio do engajamento nos projetos de pesquisa, da participação nos Seminários de Pesquisa do NEPeM, da oferta de disciplinas em cursos disciplinares, e da orientação de graduandos, mestrandos e doutorandos das áreas de sociologia, antropologia, comunicação, psicologia, serviço social, ciências sociais, história e direito. Muitas monografias, dissertações e teses de doutorado foram realizadas a partir das pesquisas e orientações realizadas via o NEPEM (SUAREZ, 2010)

A Assembleia Constituinte tomou conta dos anos de 1987 e 1988. Os movimentos feministas de Brasília estiveram envolvidos na formulação de propostas e demandas, abrindo portas para o diálogo com grupos de outros estados. O Fórum de Mulheres do DF e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher se ocuparam muito desse momento, tendo em vista que as mulheres que faziam parte de partidos ou grupos não feministas enfrentavam problemas para tratar das pautas das mulheres.

Na mesma época, as integrantes do Conselho Nacional rompem com o Ministério da Justiça após a troca de ministro. O Conselho foi formado tendo em suas cadeiras mulheres feministas e militantes muito ativas na época, situação muito discrepante do contexto político geral em que se encontravam. Com a saída do ministro Fernando Lyra, as conselheiras se demitem e junto com elas vai todo o corpo técnico. Foi dessa saída que as mulheres residentes em Brasília decidem buscar uma nova opção. Foi o primeiro passo para a criação do Cfemea.

Em 1989 a criação do Cfemea é formalizada, tendo em sua frente Marlene Libardoni, Guacira Cesar de Oliveira e outras. Com poucos recursos, o Cfemea consegue seu primeiro financiamento com a Fundação MacArthur e busca apoio do NEPeM, passando a dividir uma sala Universidade de Brasília. Em 1991 seu primeiro projeto é aprovado, e partir de 1992 o grupo começa realmente a trabalhar, articulando movimentos feministas nacionais e internacionais.

6 TERCEIRO MOMENTO: NOVO CONTEXTO E BRASÍLIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL (1990)

Última década do século e do milênio, os anos 1990 foram caracterizados pelo fortalecimento da democracia e pela busca por confiança, tanto da população, quanto de governantes. Em cinco anos passamos de um regime ditatorial para uma democracia participativa, tivemos uma Constituição promulgada e a proliferação de movimentos sociais, inclusive e principalmente de movimentos feministas. Em Brasília, entramos em 1990 com a criação do Cfemea, com o NEPeM atuante dentro da Universidade, o Fórum de Mulheres do DF atuando junto ao movimentos e a população e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher passando por um período de baixa e descrédito.

Essa década foi marcada especialmente pela agenda internacional. Governos mobilizados pelo debate sobre questões sociais, ambientais e políticas levaram a diversos encontros dentro e fora do país, mobilizando todo um grupo de pessoas que tinham se envolvido com a redemocratização do Brasil. O foco foi transformado: depois de vinte e um anos de repressão, o Brasil assina diversos acordos pela promoção de direitos humanos, desenvolvimento social e cuidado com meio ambiente.

As principais conferências da década são:

- Junho 1992 - Também conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92 e Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento acontece na cidade do Rio de Janeiro.
- Junho 1993 - Acontece em Viena (Áustria) a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos.
- Setembro 1994 - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento é realizada no Cairo, Egito.
- Março 1995 - ONU organiza a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, na Dinamarca.
- Setembro 1995 - A capital chinesa Pequim recebe a 4ª Conferência sobre Mulheres, promovida pela ONU.
- Novembro 1995 - O enforcamento do escritor e ativista ambiental nigeriano Ken Saro - Wiwa pelo governo de seu país atrai atenção internacional para as

ligações entre direitos humanos, justiça ambiental, segurança e crescimento econômico.

- Junho 1996 - Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) acontece em Istambul, na Turquia.
- Setembro 1996 - ISO 14001 é formalmente adotada como padrão voluntário internacional para sistemas de gestão ambiental corporativos.
- Novembro 1996 - Roma sedia a Cúpula Mundial da Alimentação, convocada pela FAO.
- Setembro 1999 - Lançamento dos índices de sustentabilidade da Dow Jones, em Nova York, para medir o desempenho nas bolsas de valores de empresas com políticas de responsabilidade socioambiental.
- Novembro 1999 - Durante sua terceira conferência ministerial, realizada em Seattle, nos Estados Unidos, a OMC é alvo do primeiro grande protesto antiglobalização.⁵

Duas das mais importantes conferências internacionais para o movimento feminista brasileiro foram sem dúvida a Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo em setembro de 1994 e a 4ª Conferência sobre Mulheres, realizada pela ONU em Pequim, em setembro de 1995. A partir delas, forma-se uma agenda nacional feminista, e surgem as grandes redes feministas brasileiras. A Conferência do Cairo dá início à Rede Feminista de Saúde. A preparação para Pequim envolve mulheres do Brasil todo e Brasília centraliza boa parte das atividades preparatórias. Toda essa atividade leva à criação, em 1994, da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Em Brasília, o movimento feminista se fortalece e cresce. O NEPeM teve dez anos de muito trabalho e atividade, com diversas pesquisas sendo realizadas e a formação de estudantes dentro da área de gênero e feminismo. Projetos de pesquisa extremamente importantes foram realizados, como a pesquisa dentro de delegacias e a capacitação da polícia militar do DF realizada pelo NEPeM com o compromisso de trazer as questões das mulheres e de direitos humanos ao centro dos debates. M.B.K. fala sobre esse momento:

⁵ Retirado de <http://www.radarrio20.org.br/index.php?r=conteudo/view&id=9>

O núcleo nunca teve o apoio suficiente financeiro da universidade, como a maior parte dos núcleos. Ele sobrevivia com nossas próprias pesquisas. Até que entramos em um projeto com a polícia militar de Brasília e se realizaram pesquisas bem importantes da qual resultou um livro, teve uma capacitação de policiais que durou dois semestres, tiveram as pesquisas que se fizeram em diversas delegacias. Formamos gente, com essas atividades e com esse dinheiro, com esse financiamento tivemos uma secretária, acesso a computador... Formamos muitos alunos de graduação, homens e mulheres, na teoria de gênero, mais ampla porque havia muitos meninos também. Tanto da graduação quanto da pós graduação.

Mais um rompimento acontece, dando origem a um novo grupo. Marlene Libardoni sai do Cfemea em 1991 e arregimenta uma nova organização: nasce a Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. Com objetivo de monitoramento social e político, a Agende foi responsável por grandes campanhas e projetos, como as Promotoras Legais, monitoramento governamental, advocacy. Com aproximadamente vinte anos de atividades, a Agende finaliza suas ações em 2012. M.B.K. contextualiza a relação entre esses dois grupos e o NEPeM no momento dessa ruptura:

Quando o NEPeM estava em seu esplendor, na década de 1990, acontece a ruptura no Cfemea. E o NEPEM apoia a Marlene, apoio no sentido do feminismo mesmo, desse feminismo culturalista, subjetivo, guerreiro no sentido dos direitos das mulheres. O NEPeM acolhe agende, ela nasce fisicamente no NEPeM. Interessante que a Agende, igual ao Cfemea, nunca teve militantes do NEPeM, o que a Agende teve foi um apoio de pesquisa e de nome. A essas alturas o nome de Lia Zanotta era fundamental, de Lourdes Bandeira também, eu já estava me recuando, sou bem mais velha que elas. Eram importantes esses nomes nossos no conselho, então éramos do conselho, mas nunca militamos como ONG. Até hoje, muitas tristezas, desavenças, vem desse fato. Nunca fomos de ONG, éramos solidárias com a Marlene, ajudávamos no que podíamos. Ai chegou o momento bem crítico, quando a Agende estava quase sem poder sobreviver.

O Cfemea encabeça a agenda do feminismo na década de 1990, juntamente com a AGENDE, envolvendo-se em âmbito local e nacional, além de fazer parte de representações internacionais. Pauta suas atividades pela agenda do ciclo social da ONU e pela fiscalização das ações do governo no cumprimento de acordos internacionais.

Em meados de 1995 surge em Brasília o primeiro grupo de mulheres negras feministas local. Pouco se tem notícia, mas o Fórum de Mulheres Negras do DF permanece em atividade até a década seguinte, quando se divide em outros grupos de menor expressão. Já o Fórum de Mulheres do DF segue suas atividades, envolvendo-se com a população e dando suporte para outros grupos.

7 FALAS E MEMÓRIAS

Reconstituir o caminho percorrido pelas mulheres e pelo movimento feminista de Brasília foi muito além da busca por registros de grupos e ações. Foi na fala de mulheres que vivenciaram essa gênese que encontramos motivações, necessidades e sentimentos que levaram o movimento ao que ele é hoje.

As três entrevistadas percorreram caminhos distintos, mesmo que paralelos e mesmo cruzando-se em diversos momentos da história. Nas falas delas surgiram angústias, memórias pessoais de luta, motivações para transformar um cenário político e social. Essas questões não podem e não devem ser deixadas de lado, são elas o pano de fundo, não apenas deste trabalho, mas de um período histórico fundamental para a compreensão de quais espaços foram ocupados pelo feminismo e como isso se deu.

Perceber dentro dessas falas aquilo que as unia e aquilo que as distanciava foi um ponto central para a compreensão do movimento feminista de Brasília/DF. Marcadamente dicotômico, desde a criação do primeiro grupo em Brasília podemos observar dois caminhos distintos: uma parte das mulheres se dedicava a crítica cultural, buscando uma mudança estrutural na sociedade; e outra parte se origina da militância política, lutando pelo diálogo com o governo e pelo espaço das mulheres em âmbito político.

De certa maneira, esses dois caminhos que levam diretamente a outros dois pontos de convergência nas falas. Tratando-se da militância, as questões de opressão/submissão das mulheres foi, e ainda é, negligenciada. Tratada como uma luta menor e descentralizadora da luta importante, as questões das mulheres eram vistas como secundárias em meio a luta pela redemocratização do país. O grito pela liberdade política, partidária e de expressão encontrava sua barreira mais significativa ao tentar manter as companheiras de luta sem voz, sem espaço.

Esse conflito pode ser visto como um reflexo do segundo ponto. O pano de fundo para o movimento feminista nacional na segunda metade do século XX e, principalmente, para o movimento feminista de Brasília/DF que se formalizava na década de 1980, foi a questão da violência contra as mulheres. Podemos observar na fala das três entrevistadas a maneira como a violência determinava motivações e ações, a busca pelo fim desta e por novas possibilidades de relações entre gêneros foi um dos

principais motivadores do movimento feminista. Uniu a militância e a academia, pautou debates, estudos e pesquisas, além de demandas políticas e sociais para o governo.

7.1. Crítica Cultural e Militância Política

O movimento feminista de Brasília/DF foi marcado em sua gênese pela dicotomia entre grupos de mulheres militantes políticas e grupos de acadêmicas, voltadas à pesquisa e à universidade. A troca de vivências entre essas duas linhas foi intensa, como podemos perceber com a formação do grupo Brasília-Mulher, bem como a tensão existente entre elas. A necessidade de acompanhar o que estava sendo feito pelo governo e em âmbito do poder público pelas e para as mulheres era prioridade para algumas, enquanto para outras, o sentido da luta ia em direção de uma mudança mais abrangente da sociedade, a busca por uma transformação cultural que vai muito além da política.

Compreender a coexistência da crítica cultural e da militância política é central para analisarmos a década de 1980, quando eclodem os grupos feministas em Brasília/DF. A incorporação do feminismo na academia fortalece cada vez mais uma crítica mais profunda da sociedade, porém mantem-se um diálogo e vínculo estreito com o feminismo que acontece nas ruas, na militância política (BANDEIRA, 2000). Observamos um ciclo desse vínculo na formação inicial desses grupos feministas, a união do Mulheres do Cerrado e um grupo feminista da UnB dando origem ao Brasília-Mulher e posteriormente, ele se dividindo em novos dois, assumindo formalmente essas duas linhas de ação, o Cfemea e o NEPeM.

A tensão entre as feministas acadêmicas e as “profissionalizadas” permeia os primeiros vinte anos de movimento feminista em Brasília. M.B.K. fala sobre sua visão, avaliando o desenrolar do trabalho dessas duas vertentes do feminismo.

E agora o que se pode dizer bem tranquilamente é que a linha da crítica cultural foi a que se firmou com muita força, todos os partidos tem a “cozinha feminina”, a questão do feminino, agora feminista? Ainda os partidos não engolem. Também não exageremos, dentro dos partidos se fez um trabalho de participação política das mulheres, isso não pode ser subestimado, a participação política. Mas se você observa essas mulheres, elas não são feministas, são mulheres de partidos, e aumentou e saiu a lei e aquilo tudo, coisa que foi muito

boa, ou seja, houve avanços notáveis na linha política, mas acho que os mais notáveis foram os culturais. Hoje é politicamente incorreto que um jornalista diga que mulher é pra cozinha, aí acaba o jornalista, ele acaba. Ou seja, seja por que o Brasil mudou ideologicamente nesse sentido, ou por que é inconveniente ser patriarcal, de qualquer modo houve um grande avanço e vem da crítica cultural, sem tirar o mérito dos avanços políticos. Mas quando você examina o crescimento dos dois, a crítica cultural leva.

7.2. Silenciamento

As décadas de 1970 e 1980, no Brasil, foram marcadas por profundas mudanças sociais. A luta pela redemocratização mobilizou quase que a totalidade dos movimentos sociais e levou para um segundo plano lutas e reivindicações que não fossem considerados fundamentais para o fim da repressão política e social. G.R.T. descreveu o incomodo causado pelas pautas feministas e aponta, não apenas a hostilização dessas pautas, mas a falta de consciência dos movimentos sociais para as questões das mulheres.

A gente tava no movimento estudantil, com uma outra aspiração, quando digo uma outra aspiração é a gente não queria ser dona de casa, mãe de filhos, a gente tava construindo, era parte de um movimento de protesto, a gente não queria fazer o papel de mulherzinha, mulherzinha no pior sentido. E os homens do movimento, jovens como nós, eles queriam mudar varias coisas mas isso eles não tavam nem vendo que tinham que mudar. E essas agendas de sexualidade, de corpo, que de alguma maneira nos convocava, a esquerda tinha uma aversão a isso, droga, sexualidade, de uma maneira geral, mas gays e lésbicas eram assuntos proibidos, era segredo.

M.B.K. já entra na questão do grupo formalizado e seu espaço no movimento mais amplo. O espaço para “as mulheres avançadas” foi restrito e todas as energias voltadas para as questões consideradas emergenciais. Mais uma vez as questões oriundas das mulheres são restritas ao privado.

Por um lado, eu diria que nessa linha contra o militarismo as mulheres abriram mão da especificidade do movimento feminista, porque razões políticas claras, se você era da avançada você tinha que absorver a demanda que era maior: fora os militares, diretas já, aquilo tudo. Esse mesmo grupo, (o Brasília-Mulher era isso) trabalhava o

nível bem mais como que eu te diria, bem mais subjetivo e feminista, em encontros bastante fechados, no sentido de que eram basicamente só mulheres, um ou outro homem, um ou outro gay, o movimento gay ainda era nada (...) em essas reuniões eram reuniões de desabafo, onde a subjetividade estava posta, onde estava posta a totalidade da demanda feminista.

O silenciamento do movimento reflete o silenciamento da história das mulheres. Para Michelle Perrot o silêncio não abarca somente a história das mulheres, mas pesa principalmente sobre elas devido à relação de desigualdade dos sexos. Em entrevista, Perrot afirma:

Os homens estão aí. A história dos homens está aí, onipresente. Ela ocupa todo o espaço e há muito tempo. As mulheres sempre foram concebidas, representadas, como uma parte do todo, como particulares e negadas, na maior parte do tempo. Podemos falar do silêncio da História sobre as mulheres. Não é de espantar, portanto, que uma reflexão histórica participe dessa descoberta das mulheres sobre elas próprias e por elas mesmas, aspecto de sua afirmação no espaço público.⁶

A não percepção das demandas feministas pelos movimentos sociais, bem como a hierarquização das prioridades de luta, traduz essa noção de mulheres concebidas, representadas. O espaço público é palco de lutas por voz e representação, mulheres sempre estiveram presentes nessas lutas, assim como nos espaços públicos, nem que fossem travestidas de homens. A obscuridade, o anonimato, o preconceito transformam a luta das mulheres, resignificam sua fala como atrevimento e exaltação e busca novamente retirá-las do espaço público.

A tentativa de se desconstruir atividades políticas encabeçadas por mulheres também reside na expropriação de registros históricos. O oficial sendo o público, sendo o masculino, transforma os registros do privado em mera literatura subjetiva. Retira-se seu caráter político, de comunicação e de salvaguarda historiográfico, capaz de relatar muito mais do que vivências vazias ou supérfluas. O silêncio do relato se institui na medida em que o oficial é o político, o econômico e o social masculino, aquele que constrói a história de mulheres imaginadas e idealizadas pelos homens.

A relação das mulheres com militância política durante a após a ditadura militar traz consigo um exemplo da realidade do silenciamento, Não é simplesmente considerar que elas não participaram, mas sim enquadrá-las em determinados espaços e

⁶ Entrevista disponível em <http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label37/dossier/01perrot.html>. Acesso em Agosto de 2013.

principalmente, cercear a possibilidade de demandas que não estejam previstas pelo *status quo* do movimento. Estar no movimento social para as mulheres abre um leque de várias lutas simultaneamente – ocupar espaço dentro dele, ter voz e participação e colocar suas demandas torna a luta muito mais interna e reflete os reais espaços destinados às mulheres.

7.3. Violência contra as mulheres

A violência contra as mulheres serviu como pano de fundo para o debate feminista brasileiro. O debate acadêmico foi orientado no sentido da problematização e da mudança social para o fim da violência. O NEPeM foi o grande responsável por esse debate acadêmico, realizando pesquisas, formando estudantes da universidade e ainda, agindo proativamente na sociedade, capacitando policiais militares. M.B.K. problematiza a questão da violência:

Certamente a violência foi um ponto central do NEPeM. E essa é a de âmbito cultural. Acho que uma das linhas que continuam muito fortes é essa. Eu tenho muitas críticas, eu acho que ao mesmo tempo que as ações denunciam a violência, a insistência da violência acaba servindo de apoio institucional. As pessoas acabam ascendendo pelo lado da violência, é como se as ações fossem muito pequenas, perante o grande discurso da violência. É mal compreendida, Tem se trabalhado só com leis e punições e pouco se sabe dos fundos dela.

Essa temática, central para o feminismo brasileiro, não apenas para o brasileiro, levou a profissionalização do movimento feminista. Mulheres passaram a se organizar em organizações não-governamentais para tratar das questões da violência a partir da década de 1980, coincidindo com o fortalecimento do movimento feminista de Brasília/DF e indicando os caminhos a serem seguidos. Segundo G.R.T., a militância baseava suas ações em busca do empoderamento das mulheres e do fim da violência:

A ação estava muito colada a questão da violência contra as mulheres, essa era uma questão super importante, e a questão das creches, essa eram as duas bandeiras, até onde eu me lembro, mais importantes, mas a violência ganhava na frente assim, esse era o tema. (...) E as mulheres, a questão do empoderamento. (informação verbal)

Desde os programas da radialista Mara Régia, a criação do Cfemea – oficializando o acompanhamento do governo pela sociedade civil organizada – o movimento feminista voltado a militância política trabalha com o problema da violência contra as mulheres. Em 1985 a organização do movimento feminista consegue um grande avanço em relação ao problema da violência, é criada pelo governo a primeira DEAM – Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher – em São Paulo.

Podemos definir a virada da década de 1970 para a de 1980 como de transformação para a questão da violência contra as mulheres. O privado também é político (BANDEIRA, 2000) rompe com a barreira da intocabilidade do agressor e põe fim ao silêncio que circundava a violência entre quatro paredes. Crimes contra a honra são severamente questionados e o movimento feminista exerce pressão fundamental para que tenham fim.

As primeiras publicações que tratam da violência focam a violência intrafamiliar e principalmente a criança, ignorando-se a situação da mulher e seu contexto, ou seja, se ela é ou não agredida. É no sentido da individualização da violência, para que a mulher ganhe visibilidade, que o movimento feminista cunha, em 1970, o termo “violência contra a mulher”. A partir daí, o movimento feminista e de mulheres começa uma luta atrás da outra, ganhando espaço e promovendo mudanças. Ainda em 1970, luta-se contra a absolvição de maridos que mataram suas esposas (crimes de honra), em 1980 cria-se as delegacias de atendimento a mulher, a questão da violência chega ao campo jurídico e ao campo da saúde, emerge a denominação “violência doméstica”, em 1990 estudos enfocam os vários pontos de vista das mulheres, a expressão utilizada é a “violência de gênero” e surgem estudos que tomam o homem e as questões das masculinidades como objeto.

A violência contra a mulher é considerada uma questão invisível. Difícil de nominar e de ser reconhecida, não há consenso em relação a ela. Não é uma violência valorizada como problema social ou de saúde, no máximo, é um problema individual, de cada mulher. A “perda de cabeça” do parceiro não é identificada como violência e, portanto não parece uma violação (SCHRAIBER, 2005).

Para Rita Segato, a violência contra a mulher age no intuito de restaurar a autoridade masculina abalada, de uma virilidade frágil. Ela não acontece pela situação constante de submissão das mulheres, ao contrário, é a necessidade de se obter esses poder, de reforçar a todo o momento essa relação de poder em uma sociedade onde o valor das pessoas é desigual. Em seu livro “Las estructuras elementales de la violencia:

ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos”, a autora entende que essa desigualdade começa em âmbito familiar, instituindo a violência moral como ponto chave da reprodução de relações violentas e embasando a estrutura hierárquica que será eternizada. Sobre isso Segado (1998:3) diz:

Poderia se dizer que a estrutura, a partir da primeira cena em que participamos (a cena familiar - ou substituta - primigênia, não importa a cultura de que se trate ou o grau de desvio em relação ao padrão social numa cultura particular) se transveste de gênero, emerge nas caracterizações secundárias com os traços do homem e a mulher, e nos seus papéis característicos. Kaja Silverman (1992) chama esta cena de "ficção dominante" e considera os papéis de gênero nesta cena originária como uma verossimilhança do que acontece, de fato, na estrutura que organiza as relações desta cena e que se encontra, ao mesmo tempo, oculta e revelada por elas.

Nesse sentido, a violência atua como restauradora do poder, sendo enunciado de um mandato de violação. Compreender a estrutura dessa hierarquia só é possível se conseguirmos abarcar um estrato simbólico de condução de afetos e que vai distribuir valores aos personagens do cenário social.

Heleieth Saffioti (2004) fortalece o pensamento de Segato. A violência contra as mulheres é banalizada e em certa medida, apoiada e reforçada pela sociedade conivente, tendo em vista que há incentivo para o uso da força quando se trata de preservar a virilidade masculina. Assim, podemos ter a violência como forma de controle social e manutenção do poder.

O movimento feminista exerce papel fundamental ao longo da história como contra partida dessa violência. A luta pela implementação e acompanhamento de políticas públicas, capacitação de agentes, teorização e desenvolvimento de pesquisas que elucidem esses problemas e, principalmente, na politização do privado e publicização da violência. Com o movimento de Brasília/DF não é diferente, assumindo o fim da violência como principal demanda, tornando-a pilar da luta.

8 CONCLUSÃO

A partir da ditadura militar, floresce em Brasília um diversificado e forte movimento feminista. Capaz de grandes transformações e bebendo em fontes nacionais e internacionais, se fortalece e demarca os parâmetros em que vai se estabelecer.

Pudemos observar dois caminhos muito distintos desse movimento. O primeiro deles é a crítica cultural e reflexão social, caminho inicialmente percorrido pelo Mulheres do Cerrado, chegando ao Brasília-Mulher e se estabilizando no NEPeM. O segundo se inicia na fala da radialista Mara Régia e é assumido de corpo e alma por Marlene Libardoni, com uma visão muito mais política, vinculada diretamente a ela. Ainda nesse segundo caminho, observamos o Cfemea e posteriormente a Agende assumirem funções de monitoramento, acompanhando agendas nacionais e internacionais de compromisso do governo com a mudança social.

Muito se pautou nesses vinte anos de movimento feminista. Direitos fundamentais, direito sobre o corpo, sexualidade, opressão e submissão das mulheres em uma sociedade patriarcal, mas nenhum tema foi tão transversal a todos os grupos e durante todo esse tempo como a violência contra as mulheres. A luta pelo fim da violência balizou todo um movimento e continua absolutamente atual.

O NEPeM nasce da necessidade da reflexão e da crítica cultural, buscando mudanças profundas na sociedade. Hoje é o mais antigo núcleo de pesquisa em gênero e feminismos do país, sendo impossível ignorar sua importância e sua atualidade neste debate. Ele floresce com a necessidade destes estudos no país e se renova a cada pesquisa e a cada nova influência teórica.

Grupos como Cfemea e Fórum de Mulheres do DF também resistem ao tempo e às novas dinâmicas do movimento feminista. Deparam-se com um novo contexto a partir dos anos 2000 e conseguem incorporar novas lutas e encarar necessidades completamente diferente daquela em que surgiram.

Na política, todos esses grupos levaram a uma maior participação das mulheres. A pressão durante a constituinte, o diálogo internacional, o aprofundamento nas questões de violência, monitoramento pelo desenvolvimento social e a produção teórica voltada para questões de gênero e feminismos fez com que muito fosse incorporado ao discurso político, mas mesmo assim o movimento feminista de Brasília/DF não foi absorvido dentro dos partidos.

O movimento feminista no Brasil se mobilizou e fortaleceu pela redemocratização. Em Brasília isso aconteceu de maneira ainda mais intensa, grupos recém formados ou ainda em construção tiveram participação ativa nas ações, como a participação do Cfemea em apoio a Assembleia Constituinte. Esses grupos estavam no epicentro da transformação social. Nesse sentido, sua trajetória foi diluída em meio a grandes eventos históricos sem que, por muito tempo, se olhasse com cautela a participação fundamental dessas mulheres nesse processo. Esse silenciamento reflete a necessidade dessa luta e o objetivo desse trabalho foi dar o primeiro passo em direção a recuperação dessa memória.

Temas centrais no desenvolvimento do movimento feminista continuam atuais e pautando a luta pela igualdade entre os sexos. O silenciamento anda lado a lado com a violência, a busca pela auto representação e voz são o caminho para o fortalecimento das mulheres e mudança mais profunda da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Lourdes; SUAREZ, Mireya. A emergência dos estudos e pesquisas feministas do Distrito Federal. In: PRÉ-ALAS: Seminário Internacional de Sociologia, 2010, Brasília. **Mesa redonda** Estudos de Gêneros na UnB e atuações feministas em Brasília: histórico e perspectivas. Não publicado.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo: memória e história. In: SALES, Celina de Maria V.; GURGEL, Célia Chaves; SILVEIRA, Gema Galgani. **Feminismo: memória e história**. Fortaleza: NEGIF/UFC, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=207102>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

BRASIL. Decreto nº 93.450, de 23 de outubro de 1986. Dispõe sobre a criação de funções de confiança na Tabela Permanente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=109627&norma=132413>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

BRASIL. Decreto nº 96.895, de 30 de setembro de 1988. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96895impressao.htm>. Acesso em: 5 jul. 2013.

BRASIL. Decreto nº 96.896, de 30 de setembro de 1988. Dispõe sobre a criação, transformação, reclassificação e extinção de funções de confiança na Tabela Permanente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96896impressao.htm>. Acesso em: 5 jul. 2013.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000. pp. 217-235, 451-456.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

MICHELAT, Guy. **Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1975.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

PERROT, Michelle. Introdução. In: PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005. pp.9-25.

PIETRA MÉNDEZ, Natalia. **Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960**. 2008. 301 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o “gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, 11, 1998. pp.89-98.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHRAIBER, Lília B. et al. **Um caso entre muitos: a violência contra a mulher**. In: **Violência dói e não é direito. A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo, UNESP, 2005.

SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Edunisc, 2006.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. In: **História Oral**, n.5. São Paulo: ABHO, jun 2002.

THURLER, Ana Liési. Movimento social: intermitências, persistências, resistências. O caso do Fórum de Mulheres do Distrito Federal. Comunicação no GT Sociedade civil, políticas de reconhecimento e de inclusão social. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL E III SEMINÁRIO NACIONAL: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Realizado entre 11 e 13 de agosto de 2010, em Florianópolis (SC), promoção do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), da Universidade Federal de Santa Catarina. 2010b. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a131.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

ANEXO A – Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985.**Presidência da República**
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**LEI Nº 7.353, DE 29 DE AGOSTO DE 1985.**

Regulamento

Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que a Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, com a finalidade de promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País.

~~**Art 2º** O Conselho é órgão vinculado ao Ministério da Justiça, com autonomia administrativa e financeira.~~ (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)

Art 3º O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher compor-se-á de:

- a) Conselho Deliberativo;
- b) Assessoria Técnica;
- c) Secretaria Executiva.

Art 4º Compete ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher:

a) formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação das discriminações que atingem a mulher;

b) prestar assessoria ao Poder Executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo no âmbito federal, estadual e municipal, nas questões que atingem a mulher, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos;

c) estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate da condição da mulher brasileira, bem como propor medidas de Governo, objetivando eliminar todas as formas de discriminação identificadas;

d) sugerir ao Presidente da República a elaboração de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da mulher, assim como a eliminar a legislação de conteúdo discriminatório;

e) fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher;

f) promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e estrangeiros, públicos ou particulares, com o objetivo de implementar políticas e programas do Conselho;

g) receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas;

h) manter canais permanentes de relação com o movimento de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;

i) desenvolver programas e projetos em diferentes áreas de atuação, no sentido de eliminar a discriminação, incentivando a participação social e política da mulher.

Art 5º O Presidente do CNDM será designado pelo Presidente da República dentre os membros do Conselho Deliberativo.

Art 6º O Conselho Deliberativo será composto por 17 (dezessete) integrantes e 3 (três) suplentes, escolhidos entre pessoas que tenham contribuído, de forma significativa, em prol dos direitos da mulher e designados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, sendo presidido pelo Presidente do CNDM.

Parágrafo único. 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Deliberativo será escolhido dentre pessoas indicadas por movimentos de mulheres constantes de listas tríplices.

Art 7º O CNDM contará com pessoal próprio, constante da Tabela de Empregos criada nos termos da legislação em vigor e regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. O CNDM poderá requisitar servidores de órgãos e entidades da administração direta e indireta, sem perda de sua remuneração a demais direitos e vantagens.

Art 8º Fica instituído o Fundo Especial dos Direitos da Mulher, destinado a gerir recursos e financiar as atividades do CNDM.

§ 1º O F.E.D.M. é um Fundo Especial, de natureza contábil, a crédito do qual serão alocados todos os recursos, orçamentários e extra-orçamentários, destinados a atender às necessidades do Conselho, inclusive quanto a saldos orçamentários.

§ 2º O Presidente da República, mediante decreto, estabelecerá os limites financeiros e orçamentários, globais ou específicos, a que ficará submetido o CNDM.

Art 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, em favor do F.E.D.M., no valor de até Cr\$6.000.000.000 (seis bilhões de cruzeiros), destinado a despesas de instalação e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM.

Art 10. Os membros do primeiro Conselho Deliberativo serão nomeados pelo Presidente da República, por sua livre escolha, sendo 9 (nove) Conselheiros para mandato de 4 (quatro) anos e 8 (oito) para mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. O Presidente será escolhido dentre os Conselheiros com mandato de 4 (quatro) anos.

Art 11. A estruturação, competência e funcionamento do CNDM serão fixados em Regimento Interno, aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY

Fernando Lyra

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 30.8.1985

ANEXO B – Decreto nº 93.450, de 23 de outubro de 1986.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO Nº 93.450, DE 23 DE OUTUBRO DE 1986

Dispõe sobre a criação de funções de confiança na Tabela Permanente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979 e o que consta do Processo nº 00600.001031/86-90,

DECRETA:

Art. 1º São criadas e suprimidas na Presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher funções de Assessoramento Superior, para composição do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, de sua Tabela Permanente, na forma do anexo a este Decreto.

Art. 2º As atribuições das funções de Assessor de que trata este Decreto são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O provimento das funções de confiança de que trata este Decreto far-se-á gradualmente na medida das necessidades e dos recursos financeiros disponíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste decreto serão custeadas pelos recursos alocados ao Fundo Especial dos Direitos da Mulher.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 30.8.1985

DECRETO Nº 93.450, DE 23 DE OUTUBRO DE 1986.

Dispõe sobre a criação de funções de confiança na tabela Permanente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979 e o que consta do Processo nº 00600.001031/86-90,

DECRETA:

Art. 1º São criadas e suprimidas na Presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher funções de Assessoramento Superior, para composição do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, de sua Tabela Permanente, na forma do anexo a este Decreto.

Art. 2º As atribuições das funções de Assessor de que trata este Decreto são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O provimento das funções de confiança de que trata este Decreto far-se-à gradualmente na medida das necessidades e dos recursos financeiros disponíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto serão custeadas pelos recursos alocados ao Fundo Especial dos Direitos da Mulher.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard

(*) Republicado por ter saído com omissão do anexo no D.O. de 24.10.86.

ANEXO C – Decreto nº 96.895, de 30 de setembro de 1988.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO Nº 96.895, DE 30 DE SETEMBRO DE 1988

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o anexo Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM, criado pela lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985.

Parágrafo único. As alterações do Regimento Interno serão procedidas por Portaria do Ministro de Estado da Justiça.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM
REGIMENTO INTERNO****CAPÍTULO I****Categoria e Finalidade**

Art. 1º - O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, criado pela Lei nº 7.353, de 29 agosto de 1985, órgão de deliberação coletiva do Ministério da Justiça, com autonomia administrativa e financeira, concedida pelo Decreto nº 91.696, de 27.09.85, tem por finalidade promover, em âmbito nacional, políticas que visem a

eliminar a discriminação, da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do País, especialmente:

I - formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação das discriminações que atinjam a mulher:

II - prestar assessoria ao Poder Executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo no âmbito federal, estadual e municipal, nas questões que atingem a mulher, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos;

III - estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate da condição da mulher brasileira, bem como propor medidas de Governo, objetivando eliminar todas as formas de discriminação identificadas;

IV - sugerir ao Presidente da República a elaboração de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da mulher, assim como a eliminar a legislação de conteúdo discriminatório;

V - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher.

VI - promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e estrangeiros, públicos ou particulares, com o objetivo de implementar políticas e programas do conselho;

VII - receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competente exigindo providências efetivas;

VIII - manter canais permanentes de relação com o movimento de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;

IX - desenvolver programas e projetos em diferentes áreas de atuação, no sentido de eliminar a discriminação, incentivando a participação social e política da mulher.

CAPÍTULO II

Organização do Colegiado

Seção I

Composição

Art. 2º - As funções de deliberação do CNDM serão exercidas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 3º - O Conselho Deliberativo do CNDM será presidido pela Presidente do CNDM e composto de 17 (dezesete) integrantes e 3 (três) suplentes, designadas pelo Presidente da República, mediante escolha entre pessoas que hajam contribuído, de forma significativa, em prol dos direitos da mulher.

Parágrafo único - As suplentes poderão ser convocadas para as reuniões do Conselho Deliberativo e passarão à condição de titulares do Colegiado, nos casos de vacância ou impedimento das Conselheiras efetivas.

Art. 4º - O Conselho Deliberativo terá assegurado, em sua composição, a participação dos grupos autônomos de defesa dos direitos da mulher, dos movimentos femininos das associações de caráter civil, da comunidade acadêmica vinculada ao estudo de condição feminina, dentre outros setores interessados nos direitos da mulher, indicados por listas tríplexes.

§ 1º - Estende-se por movimentos femininos as organizações ou grupos de mulheres cuja razão de associação seja a luta em prol dos direitos da mulher.

§ 2º - Serão escolhidas, dentre as pessoas indicadas por movimentos femininos, seis integrantes do Conselho Deliberativo e uma suplente.

Art. 5º - As integrantes do Conselho Deliberativo serão denominados Conselheiras.

Art. 6º - O mandato das Conselheiras será de 4(quatro) anos.

Art. 7º - A Conselheira que não comparecer, no período de um ano, sem motivo justificado, a 3 (três) reuniões consecutivas e a 5 (cinco) interpoladas, será dispensada de membro do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Deliberativo examinar e decidir sobre o mérito da justificativa de que trata este artigo.

Art. 8º - A Presidente do CNDM será designada pelo Presidente da República dentre as integrantes do Conselho Deliberativo, com mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 9º - A Presidente, em suas faltas ou impedimentos, será substituída por uma das Conselheiras, por ela designada.

Seção II

Funcionamento

Art. 10 - O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher reunir-se-á, ordinariamente, 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, por convocação da Presidente ou em decorrência de requerimento subscrito por, no mínimo, nove Conselheiras.

§ 1º - As reuniões ordinárias serão convocadas, por escrito, com antecedência de , no mínimo, 8 (oito) dias.

§ 2º - As reuniões serão realizadas com a presença mínima de 9 (nove) Conselheiras.

Art. 11 - As deliberações do CNDM, observado o “quorum” estabelecido, serão tomadas por maioria simples de seus membros, mediante ato específico para cada caso, assinado pela Presidente.

Parágrafo único - A Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher terá direito a voto nominal e de qualidade.

Art. 12 - O CNDM, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas à ordem de seus trabalhos.

Art. 13 - O Conselho Deliberativo deliberará sobre:

I - aprovação do plano anual de atividade;

II - previsão orçamentária, plano anual de aplicação de recursos e relatório anual de atividades do Conselho;

III - proposição de alteração do Regimento Interno;

IV - pedidos de licença das Conselheiras;

V - substituição de Conselheiras;

VI - matérias que lhe sejam encaminhadas e digam respeito à condição da mulher;

VII - definição das estratégias e políticas nas relações de intercâmbio, convênios e acordos com outros órgãos nacionais e estrangeiros, públicos ou privados; e

VIII - instituição de comissões consultivas.

Art. 14 - Os Diretores da Diretoria de Articulação Política e da Assessoria Técnica poderão participar das reuniões do Conselho Deliberativo, sem direito a voto.

§ 1º - A critério da Presidente, poderão participar das reuniões e debates, sem direito a voto, os dirigentes das demais unidades organizacionais do CNDM.

§ 2º - A critério da Presidente, poderão participar das reuniões e debates, sem direitos a voto, pessoas interessadas no movimento em prol dos direitos da mulher e que possam contribuir para o esclarecimento da matéria em discussão.

Seção III

Atribuições dos Membros do Colegiado

Art. 15 - A Presidente do CNDM incumbe dirigir, coordenar, avaliar e supervisionar as atividades do Conselho e, especialmente:

- I - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
- II - presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
- III - autorizar a apresentação de matéria nas reuniões do Conselho, por pessoas que não sejam Conselheiras;
- IV - indicar, dentre as integrantes do Conselho, a relatora de matérias;
- V - homologar os atos específicos relatados em cada reunião;
- VI - propor ao Conselho o programa de atividades e a previsão orçamentária, o plano anual de aplicação de recursos e o relatório anual de atividades;
- VII - representar o CNDM ou se fazer representar, perante autoridade federais, estaduais, municipais e internacionais;
- VIII - representar o CNDM, ou se fazer representar, em eventos nacionais e internacionais.
- IX - comunicar ao Ministro de Estado da Justiça e demais autoridades representativas as recomendações do CNDM, solicitando as providências necessárias;
- X - zelar pelo funcionamento do CNDM;
- XI - requisitar recursos humanos e materiais necessários à execução dos trabalhos do CNDM;
- XII - contratar especialistas, de nível médio superior e consultores técnicos, nos termos da legislação em vigor;
- XIII - efetuar as designações de seu pessoal;
- XIV - firmar convênios, contratos e ajustes com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados visando a obtenção de recursos e serviços;
- XV - expedir, “ad referendum” do Conselho, normas complementares relativas à execução dos trabalhos do CNDM;
- XVI - gerir o Fundo Especial dos Direitos da Mulher-FEDM; e
- XVII - praticar os demais atos necessários ao cumprimento das finalidades do Conselho;

Art. 16 - Às Conselheiras incumbe;

- I - participar e votar nas reuniões;

- II - relatar matérias que lhes forem distribuídas;
- III - propor e requerer esclarecimento sirvam à melhor apreciação das matérias em estudo; e
- IV - desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pela Presidente.

CAPÍTULO III

Organização Administrativa

Seção I

Estrutura

Art. 17 - O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM terá a seguinte estrutura:

- 1 - Diretoria de Articulação Política:
 - 1.1 - Coordenadoria de Comunicação Social;
 - 1.2 - Coordenadoria de Assuntos jurídicos;
 - 1.3 - Coordenadoria de Assuntos Políticos;
- 2. Assessoria Técnica:
 - 2.1 - Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher - CEDIM;
- 3. Secretaria Executiva:
 - 3.1 - Serviço de Administração;
 - 3.2 - Serviço Administração;
 - 3.3 - Serviço de Orçamento e Finanças.

Parágrafo único. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM disporá de 8 (oito) funções de Coordenador para executar as tarefas compreendidas nas suas atividades finalísticas, inerentes a estudos, projetos, programas e articulação regional, respeitada a distribuição prevista no anexo do Decreto que tratará sobre a criação e transformação de funções de confiança de sua Tabela Permanente.

Art. 18 - A Diretoria de Articulação Política e a Assessoria Técnica serão dirigidas por Diretor; a Secretaria Executiva, por Secretário-Executivo; as Coordenadorias e o Centro de Estudos, Documentação e Informação, por Coordenador; os serviços, por chefe. Essas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 19 - Os ocupantes das funções previstas no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados pela Presidente do CNDM.

Seção II

Competência das Unidades

Art. 20 - A Diretoria de Articulação Política compete:

- I - manter articulação sistemática com o Conselho Deliberativo;
- II - manter o Conselho Deliberativo permanentemente informado sobre as atividades do CNDM e especialmente sobre o cumprimento das suas deliberações;
- III - promover e apoiar o intercâmbio e a articulação entre as instituições governamentais e privadas no âmbito das áreas de atuação do CNDM;
- IV - manter intercâmbio e contato com outros órgãos da administração pública ou com as entidades privadas, inclusive internacionais ou estrangeiras, visando à celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes inerentes às suas atividades;
- V - acompanhar a tramitação no CNDM de assuntos de interesse do movimento de mulheres;
- VI - incentivar a criação e o desenvolvimento de grupos e instituições voltadas para eliminação das discriminações que atinjam a mulher;
- VII - acompanhar os projetos de interesse do Conselho, em tramitação no Congresso nacional;
- VIII - articular-se com órgãos e entidades, públicas ou privadas, estrangeiras ou nacionais, visando à obtenção de recursos financeiros;
- IX - emitir pareceres em matérias relativas à questão da mulher, encaminhando-os aos órgãos competentes;
- X - coordenar a elaboração do relatório anual do CNDM;
- XI - promover as relações públicas do Conselho.

Art. 21 - A Coordenadoria de Comunicação Social compete planejar, coordenar e executar a política de comunicação social do CNDM, observadas as diretrizes estabelecidas na legislação específica.

Art. 22 - A Coordenadoria de Assuntos Jurídicos compete pronunciar-se sobre a matéria de natureza jurídica pertinente à área de competência do conselho, bem como zelar pela fiel observância e aplicação de leis, decretos e regulamentos;

Art. 23 - A Coordenadoria de Assuntos Políticos compete providenciar o atendimento às consultas formuladas pelo Congresso nacional e acompanhar a execução de programas de governo, no âmbito federal, estadual e municipal, nas questões atinentes à mulher.

Art. 24 - A assessoria Técnica compete:

I - realizar estudos e promover o levantamento de dados para a elaboração dos projetos;

II - elaborar planos e projetos;

III - orientar, supervisionar, compatibilizar e acompanhar a execução dos planos e projetos;

IV - propor à Presidente a contratação de serviços necessários ao desenvolvimento das atividades do CNDM;

V - propor à Presidente a indicação de pessoas, grupos de trabalho ou comissões necessários ao desenvolvimento das atividades do CNDM;

VI - elaborar o relatório anual das atividades;

VII - organizar e propor à Presidente os eventos necessários ao desenvolvimento das atividades do CNDM; e

VIII - promover treinamento específicos de pessoas envolvidas nas atividades do CNDM;

Art. 25 - Ao Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher - CEDIM compete promover a execução das atividades relacionadas com a documentação, informática, coleta, manutenção e disseminação de informações.

Art. 26 - A secretaria Executiva compete supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades de apoio administrativo necessárias ao funcionamento do Conselho.

Art. 27 - Ao serviço de Pessoa compete a execução das atividades de administração de pessoal e recursos humanos.

Art. 28 - Ao serviço de Administração compete orientar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relativas ao Sistema de Serviços Gerais - SISG e patrimônio.

Art. 29 - Ao Serviço de Orçamento e Finanças compete orientar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relativas à administração orçamentária e financeira.

Seção III

Atribuições dos Dirigentes

Art. 30 - Aos dirigentes da Diretoria de Articulação Política, da Assessoria Técnica e da Secretaria Executiva incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e supervisionar as atividades das respectivas unidades;

II - assessorar a Presidente do CNDM em assunto de sua competência; e

III - praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades do CNDM;

Parágrafo único - Ao Secretário-Executivo incumbe, ainda, assinar, em conjunto com o Chefe de Orçamento e Finanças, os documentos inerentes à execução orçamentária e financeira do CNDM;

Art. 31 - Aos Coordenadores e aos Chefes dos Serviços incumbe:

I - dirigir, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - submeter às chefias imediatas os planos de trabalho de suas unidades, bem como os relatórios das atividades desenvolvidas;

III - assessorar os Diretores em assuntos de competência das respectivas unidades organizacionais;

IV - propor estudos e medidas que visem à melhoria da execução de suas atividades; e

V - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos das respectivas unidades.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

Art. 32 - O CNDM é órgão de deliberação coletiva de 2º grau, de acordo com a letra a e b, do artigo 1º, do Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971.

Art. 33 - Manter-se-ão na situação atual os empregos e funções de confiança do CNDM, até serem adaptados à nova estrutura estabelecida neste Regimento Interno.

Art. 34 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionadas pela Presidente do CNDM.

Brasília, 30 de setembro de 1988.

ANEXO D – Decreto nº 96.896, de 30 de setembro de 1988.**Presidência da República**
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**DECRETO Nº 96.896, DE 30 DE SETEMBRO DE 1988.**

Revogado pelo Decreto nº 11, de 1999

Dispõe sobre a criação, transformação, reclassificação e extinção de funções de confiança na Tabela Permanente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher- CNDM e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970,

DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas, transformadas, reclassificadas e extintas as funções de confiança, para composição das categorias Direção Superior, código LT-DAS-101, e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, da Tabela Permanente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, na forma do Anexo deste Decreto.

Art. 2º O provimento das funções de confiança compreendidas no artigo 1º far-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de recursos constantes do Orçamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher CNDM.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard

Aluizio Alves

Este texto não substitui o publicado no DOU 3.10.1988

ANEXO E – Ato da Reitoria Nº 564/86.

NE PeM

DPP²³

Arquivar

Subir

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
GABINETE DO REITOR

ATO DA REITORIA Nº 564 /86

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA, no uso de suas atribuições estatutárias,

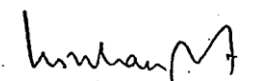
R E S O L V E :

I - Criar, a partir desta data, o NÚCLEO DE ESTUDOS
E PESQUISAS SOBRE A MULHER (NEPeM);

II - Vincular o Núcleo ao CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS
MULTIDISCIPLINARES (CEAM);

III- Designar a Professora ANA MARIA VICENTINI (DES),
para exercer a função de Coordenadora do referido Núcleo.

Brasília, 05 de dezembro de 1986.



CRISTOVAM BUARQUE
Reitor